



O SILENCIAMENTO E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS MEMÓRIAS PELO DISSENSO NAS MÍDIAS

SILENCING AND THE CONSTRUCTION OF NEW MEMORIES BY DISSENSE IN THE MEDIA

Lisiane Schuster GOBATTO¹

¹ Doutoranda em Letras no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo, graduada em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo, jornalista no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão. E-mail: lisischuster@hotmail.com.





RESUMO

Este artigo discute os discursos produzidos pela mídia sobre um mesmo acontecimento histórico e sobre como a ancoragem em posições-sujeito diversas pode levar ao dissenso. Para tanto, analiso a cobertura jornalística sobre a prisão de Lula em veículos da grande mídia e da mídia alternativa. O objetivo é analisar quais aspectos foram escolhidos pelos veículos midiáticos para se transformarem em notícia na data da prisão de Lula, em 7 de abril de 2018. Interessa questionar o que mobilizou os veículos a divulgarem determinadas informações e a silenciarem outras. Foram selecionadas sequências discursivas das páginas de Jornal Nacional e Mídia Ninja no *Facebook*. Para realizar a análise, falarei de silenciamento e memória no discurso jornalístico, recorrendo, principalmente, a Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Eni Orlandi e Freda Indursky. O jogo entre memória, esquecimento e silenciamento na discursivização dos acontecimentos expõe que a grande mídia silencia o diferente, as posições-sujeito que não são dominantes numa formação discursiva. Assim, a mídia alternativa põe em xeque os consensos regularizados no interdiscurso, trazendo o dissenso e constituindo a resistência dentro do Aparelho Ideológico da Informação.

PALAVRAS-CHAVE

memória; silenciamento; dissenso; mídia alternativa; prisão de Lula.

ABSTRACT

This article discusses the discourses produced by the media about the same historical event and how the anchoring in different subject posi-





tions can lead to dissent. To this end, I analyze the press coverage of Lula's arrest in mainstream and alternative media. The objective is to analyze which aspects were chosen by the media to become news on the date of Lula's arrest, on April 7, 2018. It is interesting to question what mobilized the media to disseminate certain information and silence others. Discursive sequences were selected from the *Jornal Nacional* and *Mídia Ninja* pages on Facebook. In order to carry out the analysis, I will speak of silence and memory in the journalistic discourse, mainly using Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Eni Orlandi and Freda Indursky's theoretical approaches. The game between memory, forgetting and silencing in the discursivization of events exposes that the mainstream media silences what is different, the subject positions that are not dominant in a discursive formation. Thus, the alternative media calls into question the consensus regularized in the interdiscourse, bringing dissension and constituting resistance within the Ideological Apparatus of Information.

KEY-WORDS

memory; silence; dissent; alternative media; Lula's arrest.

PRIMEIRAS PALAVRAS

Tentar esboçar qualquer análise sobre o ano de 2018 no Brasil não é uma tarefa fácil. Desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, o país entrou numa onda de recessão e instabilidade. Vimos, perplexos, o crescimento de uma linha de pensamento reacionária, autoritária, que culminou na eleição de um presidente machista e homofóbico, com histórico





de ataques verbais às minorias e incitação à violência. Aliás, o desfecho dessas eleições foi estrategicamente previsto e planejado por este grupo que chegou ao poder. O ato derradeiro para influenciar o resultado foi, no dia 7 de abril de 2018, a prisão do ex-presidente Lula, que já havia se anunciado como candidato e liderava as pesquisas de intenção de voto.

É sobre os discursos produzidos pela mídia neste acontecimento histórico e político que tentarei lançar alguns questionamentos sob a luz da Análise de Discurso de linha francesa, a qual tem como precursor o filósofo Michel Pêcheux.

Lula foi condenado, por convicção, embora com falta de provas, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá (SP). Moro expediu mandado de prisão no dia 5 de abril de 2018, quinta-feira, determinando que Lula se entregasse até as 17 horas de 6 de abril, sexta-feira. Enquanto aguardava o julgamento do seu habeas corpus, Lula se juntou aos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo onde iniciou sua carreira política. Só se entregou à Polícia Federal, no final da tarde de 7 de abril, às 18h45, quando foi conduzido até o aeroporto e levado para cumprir pena na delegacia da Polícia Federal em Curitiba.

Na manhã do dia 7 de abril, houve um ato ecumênico em homenagem ao aniversário de sua mulher Marisa Letícia, morta em fevereiro de 2017. Logo após a celebração, ao meio dia, Lula começou um discurso que entraria para a história e que mudaria a forma como sua prisão havia sido planejada. No discurso, lembrou sua trajetória no sindicato, quando liderou grandes greves em meio à ditadura militar. Foram 55 minutos de discurso. No mesmo dia, às 18h45, enfim, Lula deixou o prédio a pé,





cercado por uma multidão, e se entregou à polícia que o levou em um comboio de carros até o aeroporto.

Do mandado de prisão até se entregar, foram horas de apreensão e especulação de políticos, da polícia, do judiciário, dos brasileiros e, especialmente, da mídia. Mas o que de tudo o que aconteceu nessas horas foi selecionado para se transformar em notícia? Por óbvio, nem tudo foi noticiado. Então, como funciona o jogo de forças dentro do aparelho ideológico da informação que faz veículos divulgarem determinadas informações e silenciarem outras? São essas as questões que movem este trabalho e, para tentar respondê-las, buscarei analisar veículos que representam linhas editoriais opostas.

Proponho confrontar o que foi divulgado nas páginas do *Facebook* por veículos da grande mídia e da chamada mídia alternativa, representadas aqui por *Jornal Nacional* e *Mídia Ninja*, respectivamente. A busca no *Facebook* foi pelas postagens realizadas no dia 7 de abril, data da prisão de Lula. E a escolha pelas postagens no *Facebook* também tem uma razão. Nesta eleição presidencial ficou ainda mais evidente que grande parte dos brasileiros se informa exclusivamente pelas redes sociais. O escândalo do caixa dois do candidato Bolsonaro, relacionado à divulgação de *fake news* via *whatsapp* trouxe à tona o papel decisivo dessas redes. No entanto, o *whatsapp* não disponibiliza um banco de dados com registro de fontes que possibilite a pesquisa, como o *Facebook* permite. Além disso, a maioria dos conteúdos que circularam no *whatsapp*, incluindo as *fake news*, também circulou no *Facebook*.

Dessa forma, neste artigo, proponho falar de silenciamento e memória no discurso jornalístico, recorrendo, principalmente, ao precursor da AD Michel Pêcheux, e às analistas no Brasil, Eni Orlandi e Freda Indursky.





1. O SUJEITO JORNALISTA NA ERA DAS REDES SOCIAIS

Sabemos que o discurso jornalístico é uma modalidade de “discurso sobre”, ou seja, sob um efeito de distanciamento, o jornalista constrói um imaginário de que fala de um lugar neutro, de observador, “podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (MARIANI, 1998, p. 60, grifos da autora).

Por este motivo, o discurso jornalístico joga com mecanismos de poder de forma dissimulada, “além de silenciar práticas divergentes ou antagônicas ao poder político dominante” (MARIANI, 1998, p. 226). É o que acontece se observarmos as coberturas de veículos da mídia hegemônica em comparação aos da mídia alternativa, especificamente sobre a prisão de Lula em 7 de abril de 2018.

Ainda, é preciso considerar que, com a chegada das redes sociais e a possibilidade de qualquer pessoa expressar e compartilhar sua opinião no ciberespaço, a comunicação passou por grandes transformações nos últimos anos. As mudanças que a internet impôs ao jornalismo e o fato de a mídia servir aos interesses dos grandes grupos que a controlam são impasses que têm colocado a sociedade e os meios de comunicação em conflito. “Em seu afã de seduzir o maior número de pessoas possível, os meios de comunicação dispersaram sua identidade política, pois seu objetivo não é mais um grupo definido política ou ideologicamente” (RAMONET, 2013, p. 54). Neste trecho, Ramonet descreve o contexto da comunicação na Espanha, embora a citação caiba muito bem ao Brasil. Os meios de comunicação têm “surfado” nas ondas dos movimentos que geram engajamento. Foi assim nas jornadas de junho de 2013, quando, inicialmente, os protestos contra o aumento de passagens no transporte público foram associados pela mídia às ações de vândalos e





dos black blocs. Quando o movimento cresceu, teve apoio popular e uma dispersão de pautas nas ruas, a mídia passou a cobrir de forma massiva o acontecimento. O posicionamento da mídia se altera conforme os fatores que geram engajamento, embaralhando as linhas editoriais dos veículos.

Isso gerou uma crise de confiabilidade que tem aberto espaço para o surgimento de blogs e páginas de “amadores” no jornalismo, com objetivos diversos e às vezes não declarados. “Se todo mundo é jornalista, o que é um jornalista? E se todo mundo faz jornalismo, o que é jornalismo?” (RAMONET, 2013, p. 68), questiona Ramonet, apontando para a principal missão do jornalismo que é a de explorar diversas fontes e não dar voz a um único lado de uma história.

É preciso resistir a duas tentadoras ilusões: a primeira é a de que a democratização da mídia advém simplesmente da multiplicidade de veículos e canais possibilitada pelo ciberespaço; e a segunda é de que a neutralidade jornalística é garantida quando se ouve diferentes lados de uma mesma história.

Sobre a primeira ilusão, cabe pontuar que a internet, com sua multiplicidade de informações e conexões, serve aos interesses da ideologia dominante, pois integra o que Althusser define como Aparelho Ideológico de Estado. Para o autor, a existência material da ideologia está nos aparelhos de Estado, definidos como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, [1971] 1985, p. 68).

Os AIEs concorrem para um mesmo fim: a reprodução das relações de produção, ou seja, a relação dos indivíduos com os meios de produção e, por conseguinte, das relações de exploração capitalistas. Assim, sendo um





AIE, a mídia concorre para a estabilização dos sentidos e para a reprodução das relações de produção existentes. Entretanto, sabendo que os AIEs são espaços de contradição, em alguns a ideologia dominante não funciona da mesma forma. Compõem o AIE da Informação diferentes veículos midiáticos. Dessa forma, o AIE da Informação reúne linhas editoriais diversas e a produção de sentidos nem sempre coincide nestes veículos, o que faz com que a correlação de forças seja intensa e constante. Ao servir ao Estado e aos seus aparelhos, a grande mídia é uma ferramenta para a constituição e a cristalização de imaginários sociais galgando-se na alienação, ou seja, no efeito ideológico de apagamento da história.

Quanto à ilusão da neutralidade jornalística, a tese de assujeitamento proposta por Althusser e retomada por Pêcheux determina a indissociabilidade de sujeito e ideologia. Ao escrever uma notícia, o sujeito jornalista esquece o que o determina, esquece que é assujeitado e precisa do efeito de evidência de que é o “senhor” de seu discurso, como se o que escrevesse não fosse atravessado por outros discursos e como se tivesse um único efeito de sentido.

Althusser ([1969] 1999) nos esclarece que os indivíduos são sempre-já sujeitos, pois a formação social e os aspectos familiares e suas condições de existência já antecipam suas possíveis características antes mesmo do nascimento. É pela ideologia que o sujeito se reconhece como sujeito: o sujeito é levado a querer ser “x”, mas não sabe por quê.

O modo de Pêcheux tratar do funcionamento da ideologia foi pelo desenvolvimento do conceito de formação ideológica, o qual permite pensar o trabalho das ideologias no campo da práxis. A formação ideológica (FI) é concebida por Pêcheux e Fuchs ([1975] 1993) como uma força em confronto





com outras, dentro do espaço da luta de classes, o que ocasiona a reprodução/ transformação das relações de produção.

A existência material da ideologia só pode ser percebida através do discurso. O discurso enquanto objeto tem materialidade histórica, social, ideológica e linguística. Assim, as formações ideológicas “comportam necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou varias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e o que deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura”. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1993, p. 166). Pêcheux explica que as formações discursivas são as projeções das formações ideológicas na linguagem e, apesar de as formações ideológicas abarcarem o complexo das formações discursivas, não há simetria entre elas. São as formações discursivas que determinam o que pode e o que deve ser dito num discurso.

É a tensão entre as formações ideológicas (FI) e as formações discursivas (FD) dentro do Aparelho Ideológico da Informação que produz o dissenso na mídia. Se há revolta e se há quem ouse pensar diferente, a porta-voz desse dissenso só pode ser a mídia alternativa e aí está a razão para a abordagem escolhida neste trabalho.

2. SOBRE O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Quais são as fronteiras entre jornalismo e propaganda? Seria o jornalismo, sob o pretexto de informar, uma forma desonesta de propaganda? Não se pode negar que a propaganda, ao menos, não esconde o fato de querer vender algo ou convencer sobre alguma coisa. Embora no jornalismo também se faça isso, é sempre recoberto por um discurso ético.





No texto “Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse?”, Michel Pêcheux ([1979] 2012a) já lançava questionamentos sobre o funcionamento da propaganda. Nas suas próprias palavras “[...] as ‘técnicas de propaganda’ são armas [...]” (PÊCHEUX, [1979] 2012a, p.78). Tais armas podem fazer com que os sujeitos tomem alguns caminhos e não outros. Para ele, o estado capitalista passou a utilizar as armas das estratégias de propaganda com maestria, garantindo a reprodução das relações de produção.

E eu diria que o jornalismo, que também compõe o aparelho ideológico da informação (AIE), tem utilizado o arsenal da propaganda com muita propriedade e sucesso. Por seu caráter intermediário (entre o público e os acontecimentos) e por sua posição de “discurso da verdade”, o jornalismo age desambiguizando os fatos em nome da imparcialidade. O discurso jornalístico é tão astuto em suas estratégias que vendeu a ideia da neutralidade enquanto seduz, convence e propaga opiniões. Sendo um AIE, o jornalismo atua através da propaganda para a reprodução das relações de produção capitalistas. A escolha por uma determinada abordagem numa matéria jornalística da grande mídia, atenta, mesmo que de forma inconsciente, para a manutenção do *status quo*. Assim, a contradição só pode ser levada para dentro do AIE da informação pela mídia alternativa.

Feita essa breve introdução sobre o jornalismo que pode funcionar de forma similar à propaganda, com um arsenal parecido, embora tenha construído um imaginário diferente (de discurso da “verdade”), passo a olhar com mais profundidade para o *corpus*.

É importante pontuar que na AD cada analista constrói o seu percurso de análise de acordo com seu *corpus* de pesquisa e com as questões que esse *corpus* lhe provoca. Nesse sentido, não posso deixar de trazer as






contribuições de Courtine. Para ele, um *corpus* discursivo é “como um conjunto de seqüências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP (condições de produção) do discurso” (2009, p. 54, grifo do autor). O *corpus* deste trabalho se constitui de *posts* compartilhados no *Facebook* por veículos midiáticos. Uma pergunta moveu a escolha dos veículos: como a prisão de Lula foi tratada pela grande mídia e pela mídia alternativa?

Pesquisei os termos “prisão Lula” e “discurso Lula” nas páginas do *Facebook* de Jornal Nacional – representando a grande mídia – e Mídia Ninja – que, por sua vez, representa a cobertura da mídia alternativa. Os resultados expõem contradições e diferenças de abordagem. A escolha pelas postagens desses veículos no *Facebook*, como já mencionado, se deve à posição que as redes sociais estão ocupando, como principais fontes de informação na sociedade.

Conforme Orlandi, metodologicamente o percurso realizado pelo analista até chegar às análises passa por algumas etapas, e a AD analisa o *corpus* como se perseguisse pistas, as quais podem ser linguísticas ou não. “As marcas são efeitos de caráter ideológico” (ORLANDI, 1994, p. 303). E assim, perseguindo as pistas no discurso, me arrisquei na análise. Não persegui pistas linguísticas, mas pistas que remetem ao jogo entre presença e ausência na narrativa jornalística. No *corpus* deste trabalho, ao olhar para as diferentes coberturas jornalísticas sobre a prisão de Lula, percebi que efeitos de sentido silenciados pela grande mídia reverberavam na mídia alternativa.

A grande mídia tende a excluir tomadas de posição que não correspondem ao seu modo de se relacionar com a ideologia através de gestos de silenciamento.





Orlandi designou isso como política do silêncio, a qual “[...] se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73). Na política do silêncio, “[...] se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’” (ORLANDI, 2007, p. 73). E é dizendo “x” para não deixar dizer “y” que os veículos da grande mídia conduzem sua cobertura jornalística, como veremos a seguir.

3. A PRISÃO DE LULA: MEMÓRIA, SENTIDOS E SILENCIAMENTOS SUSPENSOS NO INTERDISCURSO

É preciso iniciar esta seção com uma discussão teórica sobre dois conceitos muito caros para a AD: interdiscurso e memória discursiva. Na AD, o interdiscurso pode ser compreendido como uma rede de significantes que abarca os saberes os quais compõem todo o complexo das formações discursivas. Pêcheux explica que:

O interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, [1984] 2012b, p. 158)

Esse todo que está no interdiscurso é mobilizado pelos sujeitos por meio da memória discursiva, de acordo com suas posições. Em AD, chamamos de memória discursiva dizeres que são partes de um processo histórico, de uma rede de significantes. Pêcheux ([1983] 2012c) define a memória discursiva como “saber discursivo” que se caracteriza por um recorte da noção de



interdiscurso, ou seja, o já dito “[...] que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido” (ORLANDI, 2010, p. 64).

Entretanto, a retomada desse já-dito acontece de forma inconsciente, o que dá lugar aos dois esquecimentos percebidos e desenvolvidos por Pêcheux ([1975] 1995): esquecimento nº 1 indica que o sujeito não pode se encontrar fora da formação discursiva que o domina (ilusão de ser a origem do dizer); esquecimento nº 2 é a seleção de formas e sequência numa formação discursiva, as quais se determinam em relação à paráfrase (ilusão do controle dos sentidos do dizer). Quando o sujeito jornalista escreve ou seleciona fatos para uma matéria, está afetado pelos dois esquecimentos.

Em suma, a memória integra aquilo que pode ser comparado a um processo na AD: para se tornar sujeito, é preciso assujeitar-se, pois só se constitui como sujeito pela língua; e para que as palavras tenham sentido é preciso que já tenham um sentido estabilizado. No entanto, não há relação de igualdade entre memória discursiva e interdiscurso, pois no interdiscurso há a saturação de sentidos (todos estão lá), e na memória discursiva os sentidos são mobilizados por uma posição-sujeito resultando em buracos, faltas e esquecimentos.

Courtine assegura que no interdiscurso “o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória somente uma *voz sem nome*” (COURTINE, 1999, p. 18-19, grifo do autor). Pensando nisso, o autor define o interdiscurso como um espaço de repetições, de retomadas e reformulações.

Citação, recitação, formação do pré-construído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade





referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações (COURTINE, 1999, p. 20).

Assim, são as posições-sujeito que regulam o ato da enunciação. Para enunciar, o sujeito esquece o processo histórico que constitui uma formulação, assujeitando-se. Courtine observa que o interdiscurso funciona de dois modos: “como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável” (COURTINE, 1999, p. 22), atrelado a uma memória saturada; e “como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção provoca um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável” (COURTINE, 1999, p. 22), associado a uma memória lacunar.

O discurso jornalístico opera pelos dois modos: pelo excesso de informação e pelo silenciamento. Na emergência dos acontecimentos, o jornalismo nos bombardeia por uma quantidade excessiva de notícias, não deixando tempo para pensar sobre elas, característica fundamental da chamada sociedade do espetáculo. Althusser, ao falar sobre o funcionamento do AIE da Informação, observa que o referido AIE “[...] age empanturrando, por meio da Imprensa escrita, Rádio e Televisão, todos os ‘cidadãos’ com doses cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc.” (ALTHUSSER, 1999, p. 167-168, grifo do autor). E a velocidade da informação contribui para que cada vez mais as pessoas sejam ávidas pelo novo.

Contudo, não é somente através da saturação que o AIE da Informação age. Seu funcionamento também está associado a uma memória que é lacunar, que se esburaca em silêncios e/ou apagamentos. É o caso das análises que mobilizo neste artigo. Na cobertura jornalística sobre a prisão de Lula, enquanto a grande mídia omite o teor do discurso do ex-presidente





no Sindicato dos Metalúrgicos antes de se entregar à polícia, este mesmo discurso é destaque nos veículos da mídia alternativa.

Analisando o assujeitamento na ordem do discurso político, Courtine concebe uma modalidade de repetição, a qual chamou de repetição vertical “que não é aquela da série de formulações que formam um enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não-reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado [...]” (COURTINE, 1999, p. 21). Na repetição vertical, tem-se uma memória lacunar, com falhas. Quando a mídia cobre um acontecimento, muito além de formulações que se repetem, o que se vê é um recorte do interdiscurso partindo de uma memória esbucarada que apaga os vestígios de sua constituição.

O que Courtine trata como repetição, Pêcheux trata como regularização: embora as palavras estejam suscetíveis a mudarem de sentido a cada repetição, há um mecanismo que torna alguns efeitos de sentido regulares e estáveis. O que existe, na concepção de Pêcheux, é a regularização de determinados efeitos de sentido. Pêcheux fala da existência de um jogo de força na memória, nas palavras dele

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 53)

Dessa forma, um sujeito não pode dizer tudo o que está no interdiscurso. Ele só vai mobilizar os sentidos conforme as formações discursivas e ideológicas que o determinam. O recorte do interdiscurso se dá sempre a partir de uma posição-sujeito.





Os *posts* dos veículos da grande mídia, representados aqui pela publicação de Jornal Nacional atuam no jogo de força na memória para a regularização e a estabilização parafrástica do apagamento da liderança política de Lula, criando uma nova memória, a de Lula condenado e presidiário que passa a entrar em conflito, numa relação de forças, com as que já estão circulando no interdiscurso. Como aponta Indursky, “[...] produz-se, nas mídias tradicionais, um simulacro de consenso, que busca desfazer o efeito de dissenso existente” (INDURSKY, 2017, p. 85).

Observemos o recorte com a sequência discursiva.

Sd 1: Lula diz a militantes que o objetivo de sua prisão é calá-lo mas que ele não teme isso. “Vocês poderão queimar os pneus que vocês tanto queimam”².



² Link: <https://www.facebook.com/JornalNacional/posts/1674736009283445>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.





No dia 7 de abril, o Jornal Nacional publicou³ dois *posts* no *Facebook* sobre o discurso de Lula no ABC: um sobre a crítica de Lula ao judiciário, e outro que está na Sd 1. O compartilhamento escolhido para análise foi da manchete “Vocês poderão queimar os pneus que vocês tanto queimam”, em referência ao discurso de Lula antes de se entregar. Como se o “resto” que ficou do discurso de Lula foi aquele que a mídia hegemônica e seus seguidores entendem sobre os movimentos sociais, principalmente sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Orlandi põe o silêncio em relação com os implícitos. Segundo ela, “o implícito é já um subproduto desse trabalho do silêncio, um efeito particular dessa relação mais de fundo e constitutiva. O implícito é o resto visível dessa relação. É um resíduo, um epifenômeno” (ORLANDI, 2007, p. 45). E esse resto no *post* é aquilo que mais significa.

Considerando que a língua está sempre sujeita ao equívoco, assim como está sujeita à interpretação, e que as palavras mudam de sentido conforme as posições dos sujeitos que as empregam, o sentido não é transparente. O que há é apenas um efeito de evidência que faz com que o sentido pareça óbvio, transparente.

Orlandi destaca que a língua não pode ser considerada apenas um código, um sistema, pois só funciona através da ideologia. “Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo

³ As demais publicações do JN no dia 7 de abril foram um vídeo do ex-presidente deixando o Sindicato dos Metalúrgicos e manchetes que fizeram referência à repercussão internacional da prisão, ao ato em homenagem à Marisa, ao processo que condenou Lula, ao momento em que Lula é impedido de sair, ao momento em que sai do sindicato, é conduzido ao aeroporto de Congonhas e chega à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, à cela especial, além de abordar *posts* sobre pichações “Lula Livre” e “Lula pela Democracia” em dois prédios da Polícia Federal no Rio de Janeiro e o fato da Associação dos Procuradores ter repudiado as declarações de Lula.





(no caso, com a ordem social)” (ORLANDI, 1996, p. 30). Quando Lula diz “Vocês poderão queimar os pneus que vocês tanto queimam” os efeitos de sentido são diferentes ao serem interpretados pelos companheiros do MST e ao serem interpretados pelos leitores do *post* do jornal.

Para o MST, a formulação funciona como “vocês poderão continuar se mobilizando”, o que significa que os trabalhadores sem-terra devem seguir a sua luta realizando protestos e mobilizações.

Já os leitores do *post* do Jornal Nacional podem interpretar a mesma sentença como uma ameaça, como numa formulação parafrástica do tipo “os integrantes do MST vão poder continuar cometendo atos de vandalismo”. Tal efeito de sentido é possível pela forma como a grande mídia aborda as ações do MST, construindo um imaginário de que o movimento invade propriedades, cometendo crime e agindo com violência. Isso não está dito no *post*, mas como Orlandi ensinou, o silêncio também significa. Conforme a autora,

Esse mecanismo de não-citar produz o lugar (da falta) do dizer como lugar possível quando, na realidade, esse lugar já está realizado (cheio), caracterizando-se assim como uma forma de desconhecimento. É pois uma das formas ideológicas de apagamento da materialidade histórica do dizer. Nega a memória”. (ORLANDI, 2007, p. 142-143)

O *post* de Jornal Nacional apaga não apenas sentidos-outros do discurso do ex-presidente, mas que apaga a própria história de liderança política Lula. Dessa forma, a SD analisada nesta seção apresenta um modo de funcionamento do interdiscurso associado à uma memória lacunar, da qual trata Courtine (1999).





4. O DISSENSO DA/NA MÍDIA

A mídia alternativa, ao romper com os saberes da FD em que a grande mídia se identifica, pode produzir sentidos diversos, dissidentes, apontando para outros sítios de significância que fogem do sentido comum, naturalizado na memória por um processo de repetibilidade instaurado pela ação da classe dominante. Estes sentidos dissidentes ganham aspecto de novidade, pois até então vinham sendo silenciados.

Efeitos de sentido dissidentes são possíveis porque, segundo Pêcheux, não há assujeitamento pleno, nem ritual sem falhas. As ideologias não capturam os sujeitos simplesmente por serem dominantes. E porque há a contradição, é possível pensar em resistência, em transformação. Pêcheux nos diz que

a tendência des-identificadora da ideologia proletária não cessa de interpelar os indivíduos em sujeitos num único e mesmo processo material, caracterizado pelo duplo fato de que “há revolta” e que “isso pensa”, o que reverbera na dupla palavra de ordem da prática comunista: “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo”. (PÊCHEUX, [1984] 2014, p. 22)

As coberturas jornalísticas da mídia alternativa e da grande mídia fazem a sua leitura, o seu gesto de interpretação. São discursos que expõem relações de antagonismo no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado e das Formações Ideológicas. Enquanto a reprodução da ideologia dominante é garantida pelos veículos da grande mídia, cabe à mídia alternativa a tarefa de tentar “ousar pensar por si mesma”.

A página Mídia Ninja retoma o que foi apagado pela grande mídia. Vejamos a seguinte sequência discursiva:

Sd 2: “Eu acredito na Justiça e não estou acima da lei. Mas acredito numa justiça verdadeira, baseada nos autos do processo. Não posso admitir mentiras e PowerPoint como justiça”. Confira como foi o discurso de Lula antes de se entregar à Polícia Federal. “Eu sou uma ideia e ideias não morrem”⁴.



No post de Mídia Ninja vem à tona aquilo que foi apagado pelos veículos da grande mídia: a imagem de Lula sendo carregado pelo povo; tal como Courtine (1999) analisa no artigo *O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político sobre a fotografia alterada em que Clementis, após acusação de traição, é apagado, restando apenas seu chapéu na cabeça do general Klement Gottwald*. Este

⁴ Link: <<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/1121487118009432>>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.



vestígio de Clementis que perdurou na imagem modificada é fundamental para entender o funcionamento da grande mídia.

Embora a imagem tenha sido apagada da cobertura da grande mídia, ela ganha destaque nos veículos da mídia alternativa. Ocorre um deslizamento na retomada do acontecimento “prisão de Lula” porque, ao se inscreverem em formações discursivas diferentes, as quais mantêm uma relação tensa e antagonica entre si, mídia alternativa e grande mídia produzem narrativas diferentes também.

Conforme Courtine, as formulações-origem derivam em um “trajeto em cujo curso elas se transformam [...]; truncam-se, escondem-se para reaparecer mais a frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextricavelmente memória e esquecimento [...]” (COURTINE, 1999, p. 19). Isso explica como um mesmo acontecimento político-jurídico tem narrativas tão dispersas e diversas nas mídias.

O *post* de Mídia Ninja traz na manchete o trecho do discurso de defesa de Lula, quando ele justifica que se entregará para a justiça por acreditar nela. O título da notícia compartilhada é o trecho mais famoso do discurso: “Eu sou uma ideia e ideias não morrem”. Indursky analisa que este Lula lançou “o discurso fundador da resistência que foi aumentando e produzindo vários efeitos de sentido e se desdobrando em diferentes gestos de resistência” (INDURSKY, 2019, P. 136).

Lula é uma figura pública que mobiliza com frequência metáforas em seus discursos. Para a pesquisadora Andréia Daltoé, o discurso de Lula é um discurso de inclusão, não porque interlocutor e enunciador ocupem os mesmos lugares, mas porque o discurso passa a significar numa mesma cena discursiva. Segundo Daltoé:





É por meio dessa inclusão que será possível observar três efeitos importantes produzidos a partir do DL (discurso de Lula): 1) o de fazer aparecer a diferença no interior da falaciosa homogeneidade do coletivo da população brasileira; 2) o de mostrar a este povo que ele está alijado do direito de aparecer e, com isto; 3) o de imprimir, neste povo, a confiança na possibilidade de mudar sua realidade e a do Brasil (DALTOÉ, 2011, p. 207).

Em seu discurso antes de se entregar à Polícia Federal, Lula intenta justamente resgatar a confiança do povo em si mesmo, dizer que a luta e a resistência continuarão independentemente dele ter sua liberdade caçada. “Esse discurso de Lula, proferido poucas horas antes de entregar-se à PF, teve o efeito de sentido de transferir o bastão da luta política a seus aliados [...]” (INDURSKY, 2019, p. 135). Segundo Indursky, o discurso de Lula também instaura uma demanda e uma comanda: a demanda de dar continuidade aos seus projetos, e a comanda de a militância continuar a mobilização que havia iniciado naquele momento da sua prisão.

Ao falar da justiça que o condenou, Lula quebra o silêncio jurídico, o que é compreendido por Orlandi como aquele “[...] em que o discurso liberal (‘todos os homens são iguais perante a lei’), produzindo o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 41). A contraidentificação com a Justiça, marcada no discurso de Lula, foi uma das formas mais poderosas de resistência, de acordo com Indursky (2019).

Esse sujeito, ao contraidentificar-se com a Justiça, rompe com a idealização que é feita sobre ela – *todos são iguais perante a lei*, como inicia o *caput do 5º artigo da Constituição Federal*. E desta forma, faz ver a guerra travada por meio da manipulação das leis, a assim chamada *Lawfare* (INDURSKY, 2019, p. 137).





De tudo o que está no interdiscurso sobre a prisão de Lula, os veículos da grande mídia mobilizaram uma memória discursiva ancorada numa posição-sujeito dentro da formação discursiva em que o que não pode e não deve ser dito é que Lula é um grande líder político. Apenas nos veículos da chamada mídia alternativa é que circulou a imagem icônica de Lula sendo carregado pelos braços do povo. E aqui, como observa, Indursky,

“Não estamos face ao silêncio fundador, que habita em todas as palavras; nem ao silêncio constitutivo que, para dizer, é preciso não dizer; nem, tampouco, face à censura que é determinada por uma conjuntura específica. Este silêncio, diferentemente do que Orlandi postula em suas *Formas do Silêncio* se produz porque as práticas e os saberes excluídos remetem a um outro modo de se relacionar com a ideologia e divergem e/ou antagonizam com os saberes e interesses da Formação Discursiva Dominante” (INDURSKY, 2015, p. 15).

Trata-se, então, do silenciamento do diferente, das posições-sujeito que não são dominantes numa formação discursiva. Indursky define como gestos de silenciamento aqueles “gestos que não são ditados pela censura, são definidos a partir da posição-sujeito na qual a imprensa brasileira, em sua quase totalidade, se inscreve” (INDURSKY, 2015, p. 19). Os silenciamentos constroem, assim, o que Indursky chama de política do esquecimento. (INDURSKY, 2015, p. 19).

Há um jogo entre o que deve ser memorizado e o que deve ser esquecido no fazer jornalístico, criando o que Indursky (2017) chama de efeito de realidade que leva à interpretação do que se diz na mídia hegemônica como efeito de verdade.

De acordo com a autora, “a cultura política da imprensa brasileira, desde sempre, funcionou sob a ideologia da classe dominante que naturaliza os





sentidos e produz *efeitos de verdade* que, por sua vez, projetam imaginariamente efeitos de realidade” (INDURSKY, 2017, p. 79). E é a repetibilidade que cria o efeito de verdade.

Esse efeito de verdade, por sua vez, produz um efeito de memória o qual, ainda nas palavras de Indursky, é “[...] necessário para produzir um *efeito de consenso* que se assenta no processo que associa seletividade a silenciamento de sentidos-outros, divergentes, que poderiam gerar *dissenso*” (INDURSKY, 2017, p. 80).

O que se vê na comparação das coberturas da mídia hegemônica e alternativa é justamente o dissenso. Os veículos da mídia alternativa não entram no jogo de seletividade da mídia hegemônica para criar um efeito de verdade. Na realidade, “[...] as mídias eletrônicas alternativas abrem espaço para diferentes tomadas de posição” (INDURSKY, 2017, p. 85).

O dissenso visto na comparação entre coberturas jornalísticas da prisão de Lula feitas por veículos da grande mídia e por veículos da mídia alternativa não vem da tensão entre posições dentro de uma mesma FD, mas da relação de antagonismo entre diferentes FDs.

PARA EFEITO DE FECHAMENTO

A seleção dos acontecimentos que se transformarão em notícia não é por acaso. Contudo, os sujeitos do discurso jornalístico não se dão conta de que são interpelados ideologicamente e de que deixam pistas das formações discursivas e ideológicas nas quais se inscrevem. Nesse sentido, a imparcialidade é apenas o efeito-verdade do discurso jornalístico. Uma ilusão constitutiva que acompanha tal discurso.





Pela perspectiva da AD, o que move a escolha do que será notícia ou não é a retomada de uma memória atrelada a uma rede de significantes, a uma região de saberes. Essa retomada nada mais é que uma tomada de posição dos sujeitos dentro de uma formação discursiva.

Anunciada há algum tempo e massivamente discursivizada pelos veículos jornalísticos, era de se esperar que a prisão de Lula tivesse toda essa multiplicidade de discursos e efeitos de sentido. O que tentei, neste artigo, foi trazer à tona efeitos de sentido silenciados pela grande mídia.

Quando um discurso de 55 minutos de um ex-presidente, cercado por uma multidão, quase não tem menção nos veículos da mídia hegemônica, não tem transmissão ao vivo nas páginas desses veículos, mas sua condução à prisão ganha transmissão ao vivo não apenas nas redes sociais, mas nos canais de televisão abertos, trata-se da ideologia em seu funcionamento.

A frustração por aguardar uma imagem de Lula algemado e ter de lidar com as imagens icônicas do ex-presidente sendo carregado pelo povo teve como efeito o silenciamento.

As sequências analisadas mostram que, enquanto os veículos da mídia hegemônica servem aos interesses da ideologia dominante, do capital, os veículos da mídia alternativa trazem outros pontos de vista, colocam em cena o diferente. Isso acontece porque, conforme Indursky,

[...] o espaço eletrônico permite um acesso que ultrapassa os limites de uma única mídia digital ou uma única linha editorial. Este espaço lhe confere acesso a um discurso político eletrônico, não fechado em si mesmo. E isto estará relacionado à possibilidade de exercer resistência (INDURSKY, 2017, p. 83).



Assim, o jogo entre o que foi e o que não foi dito marca os posicionamentos dentro das formações discursivas. Ao lançar o olhar para veículos da mídia hegemônica e da mídia alternativa, fica perceptível que a mídia alternativa põe em xeque os consensos regularizados no interdiscurso pela mídia hegemônica. Por trazer o diferente, o dissenso, os veículos da mídia alternativa representam a resistência dentro do Aparelho Ideológico da Informação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE) [1971]. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Sobre a reprodução**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DALTOÉ, A. da S. As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2011.

INDURSKY, F. Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). **Análise do discurso em rede**: cultura e mídia. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes, 2015, p. 11-28.

_____. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.;



NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (Orgs.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. vol. 2. Campinas, SP: Pontes, 2017, p. 73-88.

_____. Discurso, mídias e formas de resistência. In: FLORES, G. G. B. *et al.* (Orgs.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. vol. 4. Campinas, SP: Pontes, 2019, p. 125-145.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp 1998.

ORLANDI, E. P. O lugar das sistematicidades linguísticas na Análise do Discurso. In: **Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

_____. Exterioridade e ideologia. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, p. 27-33, jan./jun. 1996.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. *et al.* In: **Papel da Memória**. Trad. de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 2010. p. 59-71.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de MARIANI, B. *et al.* 3. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da Memória**. Trad. de J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 2010. p. 59-71.





_____. Foi “propaganda” mesmo que você disse? [1979]. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012a. p. 151-162.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012b. p. 151-162.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

_____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. In: _____. **Décalages**. Vol. 1. Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. 2014.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: _____. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Trad. Karina Patrício. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 53-70.

